

**El Capital Intelectual y su Relato:  
Análisis de las Directrices MERITUM y DANISH**

Alexandra Sofia Tavares Alves dos Santos  
Docente do Instituto Superior de Entre Douro e Vouga – Feira - Portugal  
Tlm: +351914749950  
Correio electrónico: a.santos@doc.isvouga.pt

José Carlos de Sousa Martins  
Docente do Instituto Superior de Entre Douro e Vouga – Feira - Portugal  
Tlm: +351966316042  
Correio electrónico: j.martins@doc.isvouga.pt

Rui Alexandre R. Pires  
Docente da EsACT - Instituto Politécnico de Bragança  
Rua João Maria Sarmiento Pimentel, Apartado 128, 5370-326 Mirandela, Portugal  
Correio electrónico: rucapires@ipb.pt

**Área Temática:** A) Información Financiera y Normalización Contable.

**Palabras-clave:** Directrices MERITUM, Directrices DANISH, Capital Intelectual.

## **El Capital Intelectual y su Relato: Análisis de las Directrices MERITUM y DANISH**

### **Resumen**

Al final del último milenio y la primera década del presente, ha sido testigo de una innovación cada vez mayor en el sistema de información de las empresas. Con la abundancia creciente en la economía mundial, los productos y servicios basados en el conocimiento, se creó un vacío en la contabilidad tradicional para el reconocimiento de los activos basados en el conocimiento.

Este documento, teórico y cualitativo, pretende reflexionar sobre temas relacionados con la información y la divulgación del capital intelectual mediante una descripción y comparación de las directrices MERITUM y DANISH.

Habida cuenta de su complementariedad, la aplicación de ambos a la vez, puede proporcionar un marco conceptual más adecuado para los stakeholders.

### **Resumo**

No final do milénio passado e na primeira década do actual, tem-se assistido a uma crescente inovação no sistema de relato das empresas. Com a abundância crescente, na economia global, de produtos e serviços baseados no conhecimento, criou-se um vazio na contabilidade tradicional quanto ao reconhecimento de activos baseados no conhecimento.

Este paper, uma pesquisa teórica e qualitativa, pretende reflectir sobre questões relacionadas com o relato e divulgação do Capital Intelectual providenciando uma descrição e comparação das Directrizes MERITUM e DANISH.

Dada a sua complementaridade, a aplicação de ambas, em simultâneo, poderá proporcionar um melhor enquadramento conceptual para os stakeholders.

### **Introdução**

Ao longo da última década do século XX e da primeira década do século XXI, tem-se assistido a uma vasta diversidade de inovações no que respeita ao sistema de relato das empresas. Em particular, nesta primeira década do século XXI, muito se tem escrito sobre o Capital Intelectual (CI) e o seu relato. Com a abundância crescente, na economia global, de produtos e serviços baseados no conhecimento, criou-se um vazio dentro da contabilidade tradicional no que respeita ao reconhecimento de activos baseados no conhecimento.

O impacto crescente do CI no desempenho das empresas resulta na incerteza e ineficiência do mercado de capitais, uma vez que apenas uma pequena parte dos bens intangíveis da empresa está reflectida nas demonstrações financeiras. Assim, a informação fornecida pelas tradicionais demonstrações financeiras representa apenas uma parte do valor da empresa. Para preencher esta lacuna, há uma necessidade crescente do relato de intangíveis por meio de relatórios do CI, que complementam as tradicionais demonstrações financeiras.

As fraquezas nas abordagens tradicionais sobre o relato foram determinadas há algum tempo. Johnson e Kaplan (1987) afirmaram que os sistemas de contabilidade da gestão empresarial eram inadequados para o ambiente actual. Consequentemente, uma série de estudos foram feitos para testar tais fraquezas e novas propostas foram apresentadas:

Balanced Scorecard (Kaplan e Norton, 1996), o Skandia Navigator (Edvinsson e Malone, 1997), o Intangible Asset Monitor (Sveiby, 1997), o Technology Broker (Brooking, 1996), o Value Added Intellectual Coefficient (Pulic, 1998; 2004) e o Hidden Value (Miller e Whiting, 2005).

Um dos factores mais importantes que comprovou a importância do CI na empresa foi a mudança no foco da gestão de capital tangível para intangível, assim que as empresas começaram a ter em consideração os processos de criação de valor<sup>1</sup>. Consequentemente, o actual quadro contabilístico e estatístico precisa de uma revisão e modernização, sendo necessários novos modelos e métricas que permitam compreender e explicar a economia moderna, a economia do conhecimento, especialmente no que respeita aos activos intangíveis e sectores económicos que se encontram escondidos do público em geral. A nível da empresa, é necessária uma nova geração de ferramentas analíticas que auxiliem os conselhos de administração, os accionistas e os investidores a avaliar o desempenho da gestão e a diferenciar a boa, a má e até a gestão criminosa.

Consequentemente, uma maior transparência através do CI é não só exigida pelo mercado de capitais, mas também pelos outros *stakeholders*, como colaboradores, clientes, fornecedores e, em geral, a sociedade. Com efeito, o CI é um dispositivo de comunicação altamente eficiente.

Por todas estas razões, a importância atribuída pelos gestores das empresas e pelos legisladores à gestão e relato do CI tem crescido dramaticamente durante os últimos anos. As primeiras grandes iniciativas políticas sobre o relato dos intangíveis foram dominadas pelo pensamento Norte-americano, tendo como data de partida relevante Abril de 1996, mês em que se realizou a Conferência da Security Exchange Commission (SEC), seguida da iniciativa de pesquisa por parte do Brookings Institution e do trabalho conduzido por Baruch Lev da Universidade Nova Iorque (Lev, 2001). Ao longo dos anos 90, foram igualmente desenvolvidas várias iniciativas na Europa sobre o relato do CI. Em 1994, uma empresa de consultoria Sueca, a Celemi, abriu caminho para uma nova abordagem face ao relatório anual, incluindo no seu relatório anual um "Monitor de Activos Intangíveis" (Sveiby, 1997)<sup>2</sup>. Na mesma época, outra empresa do sector dos serviços financeiros, a Skandia, começou também a relatar o seu CI.

O objectivo deste artigo é reflectir, mais atentamente, sobre questões relacionadas com o relato e divulgação do CI e apresentar e comparar, através de uma revisão da literatura, duas das contribuições mais recentes e significativas de investigadores europeus: "Guidelines for the Management and Disclosure of Information on Intangibles (CI Report)"<sup>3</sup>, desenvolvido pelo Projeto MERITUM, e "A Guideline for Intellectual Capital Statements – A Key to Knowledge Management"<sup>4</sup>, desenvolvido por uma força coordenada pela Agência Dinamarquesa de Comércio e Indústria<sup>5</sup>.

Este artigo está estruturado da forma que a seguir se apresenta. O capítulo 1 aborda a definição de Capital Intelectual bem como a de relato, evidenciando a importância e relevância dos mesmos. O capítulo 2, nos seus subcapítulos apresenta uma descrição das directrizes MERITUM e DANISH. No capítulo 3 é feita uma comparação entre as directrizes mencionadas com vista a melhor compreender as suas semelhanças e diferenças.

---

<sup>1</sup> Segundo Mouritsen, Larsen e Bukh (2001), a criação de valor é o processo de transformação ou melhoria das empresas, rotinas e práticas.

<sup>2</sup> Este monitor foi projectado para informar sobre o stock de capital intelectual e para mostrar como essa riqueza de capital intelectual é aumentado ou diminuído ao longo do tempo.

<sup>3</sup> Em português, "Orientações para a Gestão e Relato de Informação sobre Intangíveis".

<sup>4</sup> Em português, "Uma Orientação para as Demonstrações do Capital Intelectual - A chave para a Gestão do Conhecimento".

<sup>5</sup> Ao longo do artigo estas Directrizes serão abordadas como sendo as Directrizes MERITUM e Danish.

## 1. Definição de Capital Intelectual e Relato

São várias e distintas as definições existentes na literatura, apresentando cada autor a que melhor se ajusta ao estudo em questão, não existindo uma definição consensual do termo CI (Cabrita e Vaz, 2006). Todavia, as várias definições existentes parecem ser concordantes quanto à ideia de que os seus benefícios não se esgotam num só momento, mas antes, contribuem durante vários períodos para o alcançar de vantagens competitivas sustentadas.

Segundo a OCDE<sup>6</sup> (1999), CI é o valor económico de duas categorias de intangíveis de uma empresa: o Capital Organizacional (inclui os sistemas informáticos que são propriedade da empresa, as redes de distribuição e as cadeias de fornecimento) e o Capital Humano (incorpora os recursos humanos da empresa, quer internos, como os seus colaboradores, quer externos, como os seus clientes e fornecedores).

Para Edvinsson (1997) e Brooking (1997), o CI é a diferença entre o valor de mercado da empresa e o seu valor contabilístico. Autores como García-Meca e Martínez (2005) e Brennan (2001) enfatizam o papel de criação de valor inerente ao CI. García-Meca e Martínez (2005) consideram que o CI é o conhecimento, a informação, a propriedade intelectual e a experiência que pode ser colocada em prática de forma a criar valor. Brennan (2001) afirma que CI é conhecimento que é transferido de forma a produzir um activo de maior valor acrescentado e assim aumentar o valor da empresa.

Com base nas definições apresentadas, é possível retirar uma série de inferências, respectivamente: (i) a multiplicidade e a diversidade de definições consoante o autor que é mencionado; (ii) o destaque da característica de criação de valor do CI que se encontra presente, explícita ou implicitamente, em todas aquelas definições; (iii) a criação de subcategorias de CI.

O CI pode ser então definido, de forma estática, como a soma de recursos intangíveis de uma empresa (incluindo a propriedade industrial, a tecnologia, a reputação da marca, competências e capacidade dos colaboradores, etc.), podendo ser medido a qualquer momento. Tais recursos podem também ser analisados em termos dinâmicos, visto que as empresas prosseguem em actividades para os adquirir ou os produzir internamente. Tais actividades têm um custo, às vezes não expresso em termos financeiros, que pode ou não estar declarado nas demonstrações contabilísticas e financeiras, e promover o aparecimento de novos recursos intangíveis ou facultar uma utilização mais eficiente dos existentes. Este recursos intangíveis potenciam, em geral, o aumento do valor futuro da empresa e, em particular, a sua capacidade de inovação.

Todavia no que respeita à definição de relato do CI, esta tem sido pouco debatida na literatura. Abeysekera e Guthrie (2002) adaptaram a definição do Plano de Contabilidade Australiano para os relatórios financeiros e definiram o relato do CI como um relatório destinado a satisfazer as necessidades comuns dos utilizadores, que não são capazes de ordenar a preparação de relatórios personalizados sobre CI de modo a atender, especificamente, todas as suas necessidades de informação.

Vários estudos sobre as necessidades de informação dos investidores e analistas indicam uma diferença substancial entre os tipos de informação encontrados nos relatórios anuais das empresas e os tipos de informação exigidos pelo mercado (Beattie e Pratt, 2002; Eccles *et al.*, 2001). Este diferencial de informação é, em parte, devido a um aumento da procura por informação não-financeira, ou seja, sobre a estratégia da empresa e competências, e a sua capacidade para motivar os colaboradores, aumentar a satisfação do cliente, etc. No entanto, esta diferença de informação, também pode ser devida à falta de compreensão dos modelos de negócio e à falta de comunicação adequada entre a empresa, gestão e mercado de capitais (Bukh, 2003).

---

<sup>6</sup> Organização para a Cooperação Desenvolvimento Económico.

Assim, no que respeita ao relato do CI, este tem estado na agenda desde os finais dos anos 80, como se pode aferir nos trabalhos iniciais de Sveiby (1989). Tal iniciativa foi mais formalmente reconhecida pelos profissionais da contabilidade, quando se deu a nomeação do Comité Jenkins do American Institute of Certified Public Accountants com o objectivo de divulgar voluntariamente o CI em documentos públicos tais como os relatórios anuais. Determinadas empresas, particularmente na Europa, produzem um relatório de CI separado para complementar o défice de informação do seu relatório anual convencional.

Na sequência destes e outros desenvolvimentos, a última década assistiu a um enorme interesse por parte dos investigadores e empresas, em muitas partes do mundo, em estudar as práticas de relato de CI, utilizando diferentes indicadores e abordagens, confirmando a controvérsia existente sobre a definição e teoria do CI, a saber: na Austrália (Guthrie, 2001; Guthrie e Petty, 2000; Guthrie, Petty, Ferrier e Wells, 1999), no Canadá (Bontis, 2003; Carnaghan, 1999), na Dinamarca (Arvidsson, 2003; Bukh, Nielsen, Gormsen e Mouritsen, 2005), na Finlândia (Arvidsson, 2003), na França (Vergauwen e Van Alem, 2005), na Alemanha (Vergauwen e Van Alem, 2005), em Hong Kong (Petty e Cuganesan, 2005), na Itália (Bergamini e Zambon, 2002; Bozzolan, Favotto e Ricceri, 2003), na Irlanda (Brennan, 2001), no Japão (Nielsen *et al.*, 2005), na Malásia (Goh e Lim, 2004), na Holanda (Vandemaele, Vergauwen e Smits, 2005; Vergauwen e van Alem, 2005), na Noruega (Arvidsson, 2003), em Portugal (Oliveira, Rodrigues e Craig, 2006) em Singapura (Firer e Williams, 2005), na África do Sul (April, Bosma e Deglon, 2003), na Espanha (García-Meca e Martínez, 2005; Oliveras e Kasperskaya, 2005), no Sri Lanka (Abeysekera e Guthrie, 2005), na Suécia (Arvidsson, 2003; Vandemaele *et al.*, 2005), no Reino Unido (Citron, Holden, Selim e Oehlcke, 2005; Vandemaele *et al.*, 2005; Williams, 2001), e nos EUA (Abdolmohammadi, 2005)<sup>7</sup>.

Existem vários incentivos que poderão explicar o porquê das empresas optarem por divulgar voluntariamente o seu CI. Petty (2003) identifica como factor determinante “tornar o invisível visível” em linha de conta como o axioma “o que é medido é gerido. Tal pressupõe que se o CI não é relatado existe um risco da empresa não receber atenção suficiente por parte da gestão e dos outros stakeholders, diluindo assim o valor da empresa (Petty e Guthrie, 2000). Outras razões podem ser apontadas para uma necessidade crescente do relato de CI, resumidas no artigo de Mouritsen *et al.* (2005), nomeadamente: (i) os pequenos accionistas podem ser prejudicados, visto que geralmente não têm acesso a informações sobre bens intangíveis, muitas vezes partilhada em reuniões privadas com investidores de maior dimensão (Holland, 2001); (ii) pode ocorrer *Insider trading*, se os gestores explorarem a informação produzida internamente sobre intangíveis desconhecidos para outros investidores (Aboody e Lev, 2000); (iii) a liquidez do mercado bolsista e aumento da procura por acções das empresas é estimulada pela maior divulgação de informação sobre bens intangíveis (Palepu e Healy, 2001; Diamond e Verechia, 1991); (iv) a volatilidade e o perigo de avaliações incorrectas das empresas aumenta quando não se relata o CI, o que leva os investidores e bancos, a atribuírem uma notação de risco maior às empresas; (v) o custo do capital aumenta se o CI não for relatado, devido, por exemplo, aos níveis mais elevados de risco atribuídos às empresas (Lev, 2001); (vi) poderá reduzir o custo do capital próprio, visto que diminui a incerteza sobre as perspectivas futuras da empresa e facilita uma avaliação mais precisa da empresa (Botosan, 1997).

Todavia, existem alguns factores que podem desencorajar os gestores a relatar informação pública respeitante ao CI, nomeadamente: (i) preocupações com a manutenção da posição competitiva; (ii) possibilidade de manipulação da informação; (iii) criação de risco para a credibilidade da informação fornecida aos utilizadores, visto que esta contempla previsões futuras que poderão falhar; (iv) aumento dos custos operacionais como consequência de novas regras e maior burocracia.

---

<sup>7</sup> Esta listagem é apresentada por Abhayawansa e Abeysekera no seu artigo de conferência “A review of intellectual capital disclosure from the sell-side analyst perspective”, datado de 2007.

O tema da divulgação de informação sobre CI tem sido objecto de diversas investigações um pouco por todo o Mundo. Os estudos já realizados procuram, partindo essencialmente de análises de conteúdo aos Relatórios e Contas das empresas, tentar identificar padrões de divulgação, factores explicativos e avaliar os impactos da divulgação de informação sobre CI. No início do século XXI, tendo por base estas obras, surgiram as directrizes MERITUM e a directriz DANISH, que representam um contributo inovador, abordando especificamente a questão de como apresentar um relatório sobre o CI na prática.

## 2. As Directrizes MERITUM e DANISH

### 2.1. As Directrizes MERITUM

As Directrizes MERITUM<sup>8</sup> são o resultado do projecto MERITUM, que é um projecto de investigação Europeu financiado pelo Programa da União Europeia “Targeted Socio-Economic Research” (TSER). Teve início em Novembro de 1998, dirigido pela Professora Paloma Sánchez da Autonomous University of Madrid (Espanha) e envolve instituições de seis países, nomeadamente, Espanha, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Dinamarca.

O objectivo geral deste projecto é melhorar as competências da União Europeia, no que respeita às políticas de ciência e tecnologia, em particular a política de inovação, fornecendo uma base consistente para medir de forma credível os investimentos intangíveis. Visa assim produzir um conjunto de Directrizes para medir e relatar informação sobre os intangíveis, melhorando o processo de tomada de decisão dos gestores e dos stakeholders.

As Directrizes MERITUM baseiam-se nas melhores práticas observadas entre oitenta empresas europeias e que foram validadas através de um estudo Delphi. No seu primeiro capítulo desenvolve o quadro conceptual, contendo definições precisas sobre a terminologia utilizada. Em seguida, o relatório divide-se em duas partes principais: um modelo de gestão do CI e um conjunto de recomendações sobre como se preparar o relato do CI.

As Directrizes MERITUM definem o CI como a combinação dos recursos humanos, organizacionais e relacionais de uma empresa, resultando a relação destes três elementos na produção de valor. Estas três categorias abarcam:

- *Capital humano*: refere-se ao conhecimento que os funcionários levam consigo quando saem da empresa. Inclui assim o conhecimento, as competências, a experiência e aptidões dos colaboradores. Algum deste conhecimento é bastante único, enquanto que outro é bastante genérico. Exemplos: Capacidade de inovação, criatividade, know-how e experiência prévia, capacidade de trabalhar em equipa, flexibilidade, tolerância pela ambiguidade, motivação, satisfação, capacidade de aprendizagem, lealdade, educação.
- *Capital estrutural*: Refere-se ao conhecimento que fica dentro da empresa no final do dia de trabalho. Este abarca as rotinas organizacionais, os processos, os sistemas, a cultura e bases de dados. Algum deste conhecimento pode ser legalmente protegido e tornar-se em direitos de propriedade intelectual. Exemplos: Flexibilidade da organização, serviço de documentação, a existência de um centro de conhecimento, a utilização geral das tecnologias de informação, a capacidade de aprendizagem da organização, etc.
- *Capital relacional*: Todos os recursos vinculados às relações externas da empresa com clientes, fornecedores ou parceiros de I&D. Compreende a parte do capital humano e do capital estrutural da empresa envolvido com os *stakeholders* (investidores, credores, clientes, fornecedores, etc) mais as percepções que estes possuem sobre a empresa. Exemplos: imagem, lealdade dos clientes, satisfação dos

---

<sup>8</sup> Measurement Intangibles to Understand and Improve Innovation Management ([www.eu-know.net](http://www.eu-know.net)).

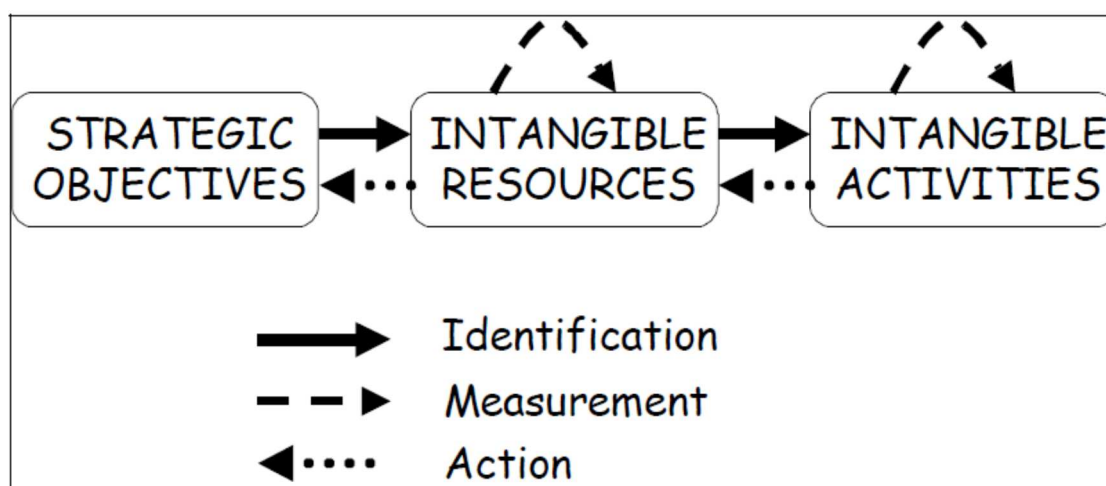
clientes, ligações com os fornecedores, poder comercial, capacidade de negociação com as entidades financeiras, actividades ambientais, etc.

O modelo de gestão do CI proposto pelas Directrizes MERITUM (ver Figura 1) compreende três fases, a saber:

- *Identificação*: Após clara definição e articulação da "visão da empresa", dos seus objectivos estratégicos, a empresa tem que identificar os intangíveis críticos, necessários para atingir os seus objectivos. Em seguida, agrega-se um conjunto de recursos e de actividades a cada intangível crítico, por meio do qual estes serão alcançados e o processo será monitorizado. Como consequência, uma "rede de intangíveis" desponta, proporcionando à empresa uma imagem clara dos recursos intangíveis actuais, dos recursos que terão que ser desenvolvidos no futuro e das actividades que deverão ser implantadas de modo a que a empresa possa atingir os seus objectivos estratégicos.
- *Medição*: Esta fase envolve a definição de indicadores específicos para serem usados como uma medida proxy dos diferentes intangíveis que foram identificadas na primeira fase. Estes indicadores deverão ser de qualidade, úteis, financeiros ou não financeiros e viáveis de aplicação<sup>9</sup>.
- *Acção*: Como é dito nas Directrizes, esta fase envolve a consolidação do sistema de gestão dos activos intangíveis e a sua integração dentro de rotinas de gestão da empresa. Trata-se de um processo de aprendizagem que envolve a monitorização e avaliação do efeito que as diferentes actividades têm sobre os recursos intangíveis da empresa, sobre os valores intangíveis críticos e sobre os objectivos estratégicos.

É de realçar que ao longo das duas primeiras fases é notória a visão estática das empresas face aos intangíveis, visto que a sua preocupação assenta em conhecer quanto é que têm de cada intangível. Só ao longo da terceira fase é que se começam a preocupar sobre o que poderão fazer para criar e aumentar os intangíveis críticos, ou seja, preocupam-se em conhecer quais as actividades que afectam positiva ou negativamente os seus recursos intangíveis (visão dinâmica).

Figura 1 - Modelo de Gestão do CI das MERITUM



Fonte: MERITUM Guidelines

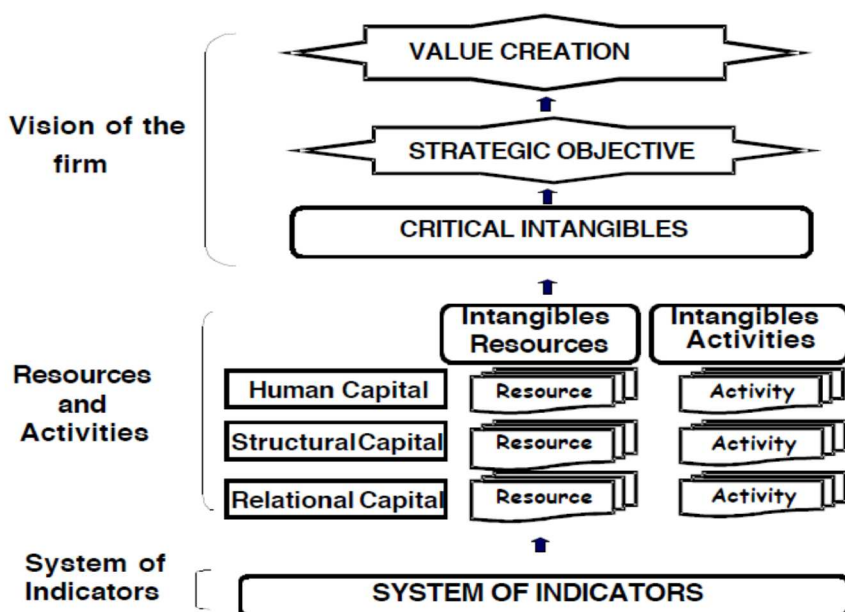
<sup>9</sup> As Directrizes MERITUM explicam as características desejáveis que estes indicadores devem ter e fornecem exemplos de boas práticas.

Numa segunda etapa, as Directrizes MERITUM descrevem como elaborar um Relatório de CI. Este é a conclusão lógica do processo de gestão do CI, visto que visa comunicar aos stakeholders as capacidades e competências da empresa, os recursos e compromissos, no que respeita ao pilar fundamental da criação de valor da empresa.

Um relatório de CI contém informação sobre o trabalho conduzido pela empresa de forma a desenvolver, manter e gerir os seus recursos e actividades intangíveis, sublinhando a ligação entre os diferentes elementos de CI, pois, é esta ligação que, se for bem organizada, origina valor. Simultaneamente, um relatório de CI deve apontar a evolução esperada dos intangíveis relacionados com os propósitos estratégicos.

Assim, o relatório de CI segundo as Directrizes MERITUM deve ser composto por três partes como se pode observar na Figura 2. Em primeiro lugar deve-se expor a visão da empresa, isto é, uma narrativa dos objectivos estratégicos da empresa, das competências principais e dos intangíveis críticos. Em segundo lugar, convém sumariar as actividades e recursos intangíveis, o que representa um relato das actividades a serem desenvolvidas para aumentar o valor destes activos e atingir os objectivos estratégicos. Finalmente, e em terceiro lugar, importa apresentar o sistema de indicadores para os activos e actividades intangíveis, que permita ao leitor avaliar o que a empresa está a fazer para atingir os seus objectivos.

Figura 2 - Esquema para o relato do CI das MERITUM



Fonte: Meritum Guidelines

Finalmente, as directrizes concluem com um conjunto de recomendações sobre como recolher informações, quem deverá preparar a informação dentro da empresa e qual a frequência da preparação dos indicadores e conseqüente relatório.

## 2.1. A Directriz Danish

Em 1998, o Ministério Dinamarquês da Ciência, Tecnologia e Inovação iniciou o desenvolvimento da primeira versão da Directriz Danish, tendo por base a experiência de 17 empresas Dinamarquesas. Embora o objectivo expresso tenha sido desenvolver uma Directriz de CI, durante um período de três anos, a parte fundamental da pesquisa realizada foi dedicada a mensuração e gestão do CI nas empresas participantes, que activamente iniciaram a construção das demonstrações de CI (Bukh,Larsen et al. 2001; Mouritsen, Larsen et al. 2001; Mouritsen, Larsen et al. 2001; Bukh 2002). Esta foi dirigida pelo Professor Jan Mouritsen da Copenhagen Business School (Dinamarca).

Em 2000, a proposta inicial foi publicada em Dinamarquês, e depois foi traduzida para Inglês e disponibilizada na página inicial do Ministério, sem qualquer custo para aqueles que pudessem estar interessados. O Ministério Dinamarquês da Ciência, Tecnologia e Inovação, iniciou um projecto de prossecução para testar a proposta de CI numa escala maior. Cerca de 100<sup>10</sup> empresas e organizações Dinamarquesas, de diferentes dimensões, do sector privado e público, participaram neste teste durante os anos de 2001 e 2002. Este grupo incluía várias grandes empresas que estavam cotadas na Bolsa de Valores de Copenhaga. Com base nas experiências do teste, surgiu uma Directriz revista e publicada em Dezembro de 2002, denominada “Intellectual Capital Statements – The New Guideline”<sup>11</sup>. Tal como a primeira versão, foi inicialmente publicada em Dinamarquês e logo depois traduzida para Inglês e disponibilizada gratuitamente no site do Ministério (DMSTI 2003). No relatório sobre a nova orientação, os autores afirmam explicitamente que as declarações são preparadas para publicação externa.

A Directriz Danish descreve como preparar um relatório sobre o CI na prática. Inspirando-se na experiência das empresas e organizações Dinamarquesas que participaram no projecto, elaborou dois conjuntos de demonstrações de CI, sob a supervisão e orientação da task-force da Directriz Danish. Assim, esta inclui exemplos bastante aprofundados sobre o relato do CI preparado por estas empresas. A Directriz enfatiza que o relato do CI é uma parte integrante de trabalhar com a gestão do conhecimento dentro de uma empresa, mas não descreve especificamente um modelo de gestão do conhecimento.

A Directriz Danish compreende quatro fases (ver Figura 3) na elaboração das demonstrações do CI, em que as primeiras três constituem a componente analítica do processo e a quarta o próprio relatório, a saber:

- *Narrativa do Conhecimento*: tendo em conta a missão da empresa, esta fase deve explicar como os produtos ou serviços fornecidos pela empresa criam valor para o cliente final (valor de uso) e o que a gestão deve fazer para fornecer tal valor. Esta fase procura reflectir e expor o que a empresa é capaz de fazer e as suas aspirações para mudar ou melhorar. Esta expressa uma ambição para atender às necessidades dos clientes e às competências da empresa.
- *Desafios de gestão*: consiste na identificação de um conjunto de tarefas fulcrais que a empresa deve desenvolver com vista a desenvolver e concretizar as ambições definidas na narrativa do conhecimento. Por outras palavras, trata-se de traduzir a narrativa do conhecimento da empresa para desafios de gestão específicos. Esta fase requer uma série de escolhas estratégicas e um processo criativo, envolvendo uma selecção de um plano de acção de entre as diferentes alternativas estratégicas disponíveis para implementar a narrativa do conhecimento. É nesta fase que a empresa define as suas prioridades e escolhe os seus procedimentos de gestão do conhecimento.

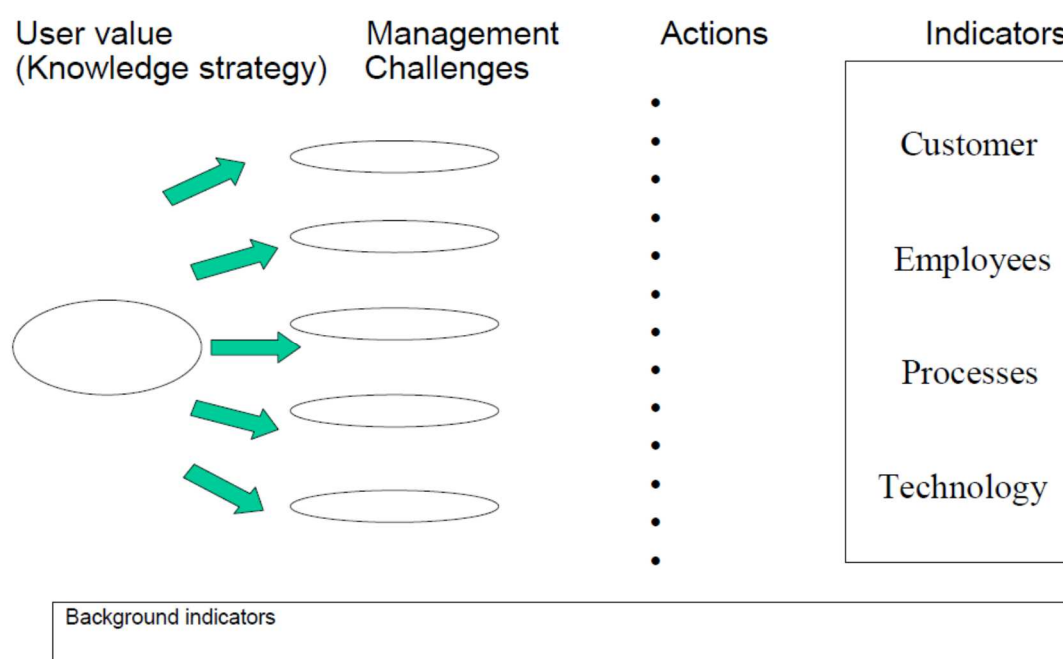
---

<sup>10</sup> É de realçar que quando se fez a contagem das empresas e das organizações que estão listadas explicitamente como terem contribuído para a nova Directriz, o número ascende a 63. Não existe qualquer relato sobre as remanescentes 37 empresas e organizações que participaram.

<sup>11</sup> [www.efs.dk/icaccounts](http://www.efs.dk/icaccounts)

- *Acções e indicadores:* Nesta fase o objectivo é desenvolver acções específicas associadas a cada desafio de gestão, bem como indicadores específicos para medir o impacto de cada uma dessas acções. As acções podem envolver clientes, colaboradores, processos ou tecnologias, ou frequentemente, a sua combinação. Os indicadores ajudam a visualizar se as acções estão, de facto, a serem postas em prática e ajudam a empresa a solucionar mais rapidamente os seus desafios do conhecimento.
- *Relato:* Esta fase envolve a preparação final do relatório do CI, que é composto por textos, valores e ilustrações. O texto serve para transmitir a narrativa do conhecimento da empresa, os desafios da sua gestão e acções, bem como para fornecer uma descrição geral da empresa. Os valores representam um retrato detalhado dos diferentes desafios da gestão, as acções que lhes são inerentes, e os indicadores específicos utilizados para medir o impacto dessas acções. As ilustrações são especialmente importantes para divulgar o estilo e a identidade cultural da empresa.

Figura 3 - O processo de preparação das Declarações de CI



Fonte: Nordika Project

A Directriz Danish sinaliza como uma boa prática informar sobre as políticas contabilísticas usadas e incluir um relato de um auditor na declaração de CI. Finalmente, nos seus anexos, fornece alguns exemplos detalhados, um levantamento dos indicadores que podem ser usados numa demonstração de CI; um resumo das diferenças entre o relato de CI e do capital social, e um glossário de terminologia.

### 3. Comparação entre as Directrizes MERITUM e Danish

Existe uma clara necessidade de comparar as diferentes orientações actualmente disponíveis para os investigadores, para os profissionais, para os legisladores, para as organizações em geral e para as empresas em particular.

Esta comparação baseia-se numa revisão dos trabalhos e artigos publicados que analisaram estas directrizes, com vista a identificar as diferenças existentes entre as mesmas.

Poucos são os artigos em que se encontra uma comparação entre as Directrizes MERITUM e Danish. Um deles é o "Intellectual Capital. Managing and Reporting" realizado pelo Nordika Project (2001), que foi preparado por uma *task-force* de investigação sobre o CI, tendo sido patrocinado pelo Fundo Industrial Nórdico. Este encontra-se dividido em três partes: a parte I trata da gestão de novas oportunidades de negócio disponíveis para as empresas, no despertar para a gestão e mensuração do conhecimento e outros intangíveis; a parte II apresenta o processo de implementação de um projecto de CI, bem como fornece uma visão das diferentes abordagens existentes sobre o CI e a parte III trata da apresentação do relatório de CI.

O projecto Nordika dedica uma secção na parte II à comparação das diferentes abordagens para o CI, em particular as Directrizes Meritum, a Directriz Danish e o Intangible Assets Monitor. Esta comparação assenta nas diferenças sobre como o processo de criação de valor e o conceito de conhecimento são descritos, nas categorias de indicadores e no relato, sendo de destacar algumas diferenças.

No que respeita à criação de valor a Directriz Danish enfatiza o "valor de uso" nos produtos e serviços para os seus utilizadores finais e como a empresa deve operar para o poder oferecer, considerando assim o valor como o termo chave para a gestão do conhecimento da empresa. Por seu lado, as Directrizes MERITUM colocam em evidência a criação de valor para os utilizadores e outros interessados (internos e externos) na forma como a empresa - através da conexão dos diferentes intangíveis críticos numa rede - prossegue os seus objectivos estratégicos, devendo a visão da empresa descrever como os diferentes stakeholders beneficiam das actividades do conhecimento produtivas da empresa.

Relativamente ao conceito de conhecimento, a Directriz Danish define conhecimento como a capacidade e possibilidade que a organização tem em agir, sublinhando que o conhecimento pode ter muitas formas e expressões, tais como aptidões de produção, capacidade para co-operar e fundir diferentes competências por forma a criar valor para os utilizadores. Nas Directrizes MERITUM, o conhecimento é definido como os motores ou intangíveis críticos que providenciam vantagem competitiva à empresa, considerando como intangíveis a combinação dos recursos humanos, organizacionais e relacionais de uma organização.

No que concerne às categorias de indicadores, na Directriz Danish a narrativa do conhecimento e os desafios de gestão definem o que deve ser medido, determinando quais os indicadores a incluir. Ela sugere que as categorias de tais indicadores devem incluir clientes, colaboradores, processos e tecnologia e que o que deve ser mensurado é a panóplia de recursos, as actividades para os classificar e os efeitos. Por seu lado, nas Directrizes MERITUM, os indicadores são a visualização do que a empresa está a fazer com os seus intangíveis, sugerindo estas uma variedade de indicadores não agrupados em categorias, mas relacionados com os colaboradores, com as patentes, com as actividades de I&D, com os clientes, com os processos, etc e que podem ser simultaneamente financeiros e não financeiros.

Finalmente no que respeita ao relato, a Directriz Danish tem como prioridade explicar como as empresas podem relatar o CI, enquanto que para as Directrizes MERITUM, o relato do CI, que visa não só os utilizadores externos da empresa, mas também os internos, deve permitir ao leitor avaliar se a empresa está a cumprir ou não os seus objectivos.

As diferenças apontadas pelo Nordika Project (2001), entre as Directrizes MERITUM e as Danish no que respeita a diversos aspectos, podem se resumidas na tabela 1.

Tabela 1 – Diferenças entre as Directrizes MERITUM e Danish, segundo o Nordika Project (2001)

	<b>Directrizes MERITUM</b>	<b>Directriz DANISH</b>
<b>Criação de Valor</b>	Evidencia a criação de valor para os utilizadores e outros stakeholders (utilizadores externos e internos)	Enfatiza o "valor de uso" nos produtos e serviços para os seus utilizadores finais (utilizadores externos)
<b>Conhecimento</b>	É definido como os motores ou intangíveis críticos que providenciam vantagem competitiva à empresa	É definido como a capacidade e possibilidade que a organização tem em agir
<b>Categorias de indicadores</b>	Sugere uma variedade de indicadores não agrupados em categorias e que podem ser simultaneamente financeiros e não financeiros	Sugere a criação de quatro categorias (clientes, colaboradores, processos e tecnologia) e o que deve ser mensurado em cada categoria (recursos, actividades e efeitos)
<b>Prioridade face ao Relato de CI</b>	Permitir ao leitor avaliar se a empresa está a cumprir ou não os seus objectivos.	Explicar como as empresas podem relatar o CI

Fonte: Elaboração Própria

Um outro artigo que faz uma comparação e apreciação crítica entre as Directrizes MERITUM e Danish é o trabalho conjunto de Jan Mourtisen, Per Nikolai Bukh e Bernard Marr denominado "A Reporting Perspective on Intellectual Capital", datado de 2005, no qual dedicam uma secção ao relato do CI na Europa e nesta comparam, brevemente, as Directrizes MERITUM e Danish, bem como o Projecto PRISM<sup>12</sup> (2003).

Segundo estes autores, a diferença entre as Directrizes MERITUM e Danish reside na forma rígida em como definem os elementos de CI. O modelo MERITUM começa por estabelecer os objectivos estratégicos e, em seguida, identificar os *drivers* de performance baseados no conhecimento. Estes são então classificados em capital humano, organizacional e relacional e são desenvolvidos indicadores de performance para esses componentes. Esta proposta é mais um modelo estrutural de elementos de conhecimento nas organizações. A Proposta

<sup>12</sup> O PRISM é um consórcio de oito Universidades de Gestão e de Economia de sete países da União Europeia. O seu acrónimo possui cinco das suas grandes preocupações: P de Policy-making (Legislação), R de Measurement and reporting (Mensuração e Relato), I de Intangibles (Intangíveis), S de Skills development (Desenvolvimento de competências) e M de Management (Gestão).

Danish difere ligeiramente, uma vez que se concentra na tradução do conhecimento para activos de conhecimento, pois o seu objectivo é destacar as relações entre uma narrativa sobre a compreensão do conhecimento, um modelo de negócio de como o conhecimento funciona na empresa, um conjunto de actividades de gestão de conhecimento e um sistema de relato que podem monitorizar o desenvolvimento e a utilização dos recursos do conhecimento. Trata-se um processo modelo de como o conhecimento se traduz em desempenho organizacional.

Douglas J. Skinner (2008) no seu artigo denominado “Accounting for intangibles – a critical review of policy recommendations” faz uma apreciação crítica a várias propostas para relato do CI, incluindo estas duas directrizes. Assim, considera que ambas as directrizes focam o CI e desenvolvem quadros conceptuais para fornecer informação sobre os recursos do conhecimento. Considera, igualmente, que ambas as propostas encaram o relato do CI como podendo ser utilizado quer internamente, para efeitos de gestão da propriedade intelectual, quer externamente, para relatar aos investidores e outros *stakeholders*. Todavia em nenhuma das Directrizes é sugerida uma alteração ao modelo de relato financeiro actual, isto é, ambas propõem um relato suplementar e nenhuma toma a posição sobre tal relato ser obrigatório.

Segundo este autor, as Directrizes MERITUM e Danish são muito semelhantes entre si, no que respeita à composição do CI e à estrutura do quadro conceptual que propõem para o relato do mesmo. Assim, no que respeita à composição do CI a proposta MERITUM sugere que o CI tem três componentes principais, designadamente, o capital humano, o capital estrutural e o capital relacional, enquanto que a segunda apresenta quatro tipos de recursos do conhecimento relacionados com os colaboradores, os clientes, os processos e as tecnologias. Por seu lado, no que respeita à estrutura do quadro conceptual proposto para o relato, as duas propostas utilizam um determinado número de níveis, sendo o primeiro comum às duas e consistindo no reconhecimento dos objectivos estratégicos da empresa, visto que após esta fase é possível identificar os recursos intangíveis críticos, que por sua vez permitirá identificar os recursos intangíveis necessários e conseqüentemente, as necessárias actividades intangíveis. A proposta MERITUM sugere um relatório de CI com três componentes, nomeadamente, a visão da empresa, um resumo dos recursos e actividades intangíveis e um sistema de indicadores ou medidas, enquanto a proposta Danish propõe um relatório com quatro componentes, a designadamente, narrativa do conhecimento, desafios da gestão, iniciativas necessárias para gerir e garantir tais recursos e indicadores de sucesso para os desenvolver e gerir.

O autor argumenta que embora estas propostas sejam razoáveis em teoria, a sua implementação prática acarretará certamente apreensões, uma vez que, (i) muitos dos indicadores são bastante específicos e variam consoante o ramo de actividade da empresa, não sendo passíveis de standardização ou comparação, (ii) considerando a perspectiva do relato, as medidas apresentadas serão difíceis de serem verificadas na prática de uma forma objectiva e (iii) os custos de propriedade do relato são provavelmente muito elevados e significativos originando certamente muitas objecções por parte dos detentores de capital.

Naturalmente, Skinner acredita que tais propostas de relato serão difíceis de serem implementadas como sendo obrigatórias, sendo melhor entendidas como orientações para estruturar o relato voluntário do CI. Acrescenta ainda que se os investidores considerarem tal relato profícuo, as forças de mercado estimularão os gestores para o fazer, caso este passe no teste custo-benefício.

Um outro artigo onde se pode encontrar uma comparação entre as Directrizes MERITUM e Danish é o artigo datado de 2002 de José Guimón, intitulado “Recent European models for intellectual capital management and reporting: A comparative study of the MERITUM and the Danish Guidelines”.

Guimón (2002), analisa, numa primeira parte, as duas propostas e numa segunda, regista a opinião, obtida através de entrevistas pessoais e conversas telefónicas, dos autores das

propostas, nomeadamente, o Professor Jan Mouritsen (Director de Investigação da Directriz Danish) e a Professora Paloma Sánchez (Directora de Investigação da Directriz MERITUM). Além destes, registou igualmente a opinião, mas de forma informal, de outros investigadores envolvidos na criação das duas propostas.

Neste artigo são comparadas as Directrizes MERITUM e Danish no que respeita ao seu âmbito, metodologia, quadro conceptual, terminologia, acções e indicadores.

As diferenças encontradas por Guimón (2002), tendo em conta os diferentes factores, podem ser sintetizadas na tabela 2, que a seguir se apresenta.

Tabela 2 – Diferenças entre as Directrizes MERITUM e Danish, segundo Guimón

	<b>Directrizes MERITUM</b>	<b>Directriz DANISH</b>
<b>Âmbito</b>	Descrevem como preparar um relatório de CI, propondo um modelo de gestão dos bens intangíveis.	Concentra-se em como preparar um relatório de CI
<b>Metodologia</b>	Desenvolvidas por uma gama diversificada e diferenciada de investigadores, dispersa geograficamente (6 países), dificultando o consenso.	Criada com a participação de um grupo composto por funcionários da Agência Dinamarquesa para o Comércio e por consultores da Arthur Andersen e investigadores de duas universidades Dinamarquesas.
<b>Amostra</b>	Muito ampla e diversificada	Inicialmente 17 empresas Dinamarquesas (com experiência anterior em gestão do CI) e posteriormente 100 organizações.
<b>Quadro Conceptual</b>	Evidencia a criação de valor para os utilizadores e outros stakeholders (utilizadores externos e internos)	Enfatiza o "valor de uso" nos produtos e serviços para os seus utilizadores finais (utilizadores externos)
<b>Terminologia</b> <b>Terminologia</b>	Relatório de CI Gestão dos Intangíveis Visão da empresa e objectivos estratégicos Intangíveis Críticos	Declarção de Capital Intelectual Gestão do Conhecimento Narrativa do Conhecimento Desafio da Gestão
<b>Acções e Indicadores</b>	Sugere a criação de três categorias (capital humano, estrutural e relacional) e uma variedade de indicadores, mas pouco detalhada no que respeita ao cálculo, informação e interpretação.	Sugere a criação de quatro categorias (clientes, colaboradores, processos e tecnologia) e uma lista completa dos indicadores mais utilizados na prática

Fonte: Elaboração Própria

Todavia, tendo em consideração as opiniões dos especialistas consultados face às variáveis anteriormente referidas, constata-se que ambas as propostas apresentam pontos fortes que podem ser condensados na tabela 3, criando-se assim um benchmark para cada uma.

Tabela 3 - Benchmarking para as Directrizes MERITUM e Danish

	<b>MERITUM GUIDELINES</b>	<b>DANISH GUIDELINE</b>
<b>Força Principal</b>	Desenvolvidas com o consenso de uma variedade de investigadores, oriundos de 6 países europeus e de áreas diferentes	Orientada para o utilizador, implementável. Melhor utilização de exemplos, indicando como a empresa deve proceder.
<b>Âmbito</b>	Âmbito mais profundo, incluindo a gestão e relato do CI	Limitada ao relato do CI (aparentemente)
<b>Apresentação</b>	Preto e branco. Utilização insuficiente de exemplos	Colorida e apelativa. Inclui um vasto conjunto de exemplos
<b>Quadro Conceptual</b>	Quadro Conceptual preciso	Terminologia ambígua, mas mais apelativa para os utilizadores
<b>Ações e Indicadores</b>	Classificação em capital, humano, estrutural e relacional	Classificação flexível

Fonte: Guimón, 2002

## Conclusões

Hoje em dia, a necessidade de identificar métodos e processos adequados para avaliar e relatar o CI é mais forte do que nunca. Cada vez mais, as empresas decidem apresentar no seu relatório financeiro tais recursos, que são considerados como chave no processo de criação de valor e que segundo as regras da contabilidade não estão sujeitos a relato obrigatório.

Existem algumas reservas no que respeita às práticas de mensuração e relato do CI, particularmente quanto às regras contabilísticas a aplicar por forma a proteger o interesse dos stakeholders. Consequentemente, o relato do CI deverá ser coerente, objectivo, possível de verificação, reduzindo ao máximo qualquer elemento subjectivo e não deixando espaço para qualquer manipulação e oportunismo. Ao mesmo tempo, se as práticas contabilísticas pretendem acompanhar as constantes mudanças do ambiente das organizações e reflectir o verdadeiro e justo valor da empresa na Era do Conhecimento, bem como comunicá-lo da forma correcta, um dos muitos desafios da contabilidade é incluir o CI no seu sistema de mensuração e relato.

Enquanto muitos autores defendem que ainda se está numa fase inicial de investigação, em que a variedade de iniciativas e perspectivas estimula novas percepções, é também evidente o esforço maior que deve ser feito no futuro, para coordenar os diferentes grupos de pesquisa que estão a trabalhar para fornecer directrizes relativas ao relato do CI. Todavia, ao mesmo tempo, existem forças que empurram na direcção oposta, sendo um importante obstáculo para a estandardização, nomeadamente a resistência à mudança e os interesses de vários grupos que promovem abordagens específicas (organizações profissionais, grupos de pesquisa, associações empresariais, governos nacionais, etc). Além disso, as empresas exigem claramente a liberdade de escolha e flexibilidade quando se trata de gerir e elaborar relatórios sobre o CI, opondo-se a novas regulamentações.

As Directrizes apresentadas neste artigo representam um passo importante na criação de práticas consistentes e harmonizadas no campo do CI, devendo ser utilizadas para auxiliar a

empresas para comunicar o seu conhecimento. Ambos os documentos consistem num conjunto de recomendações, sobre a forma de gerir e apresentar relatórios sobre o CI, sendo actualmente, duas orientações bastante relevantes, com o objectivo de fornecer orientações práticas para as empresas, no que respeita ao processo de gestão e elaboração de relatórios sobre o CI.

Deve salientar-se que as duas propostas têm mais semelhanças do que diferenças. Logo, a aplicação de uma ou outra abordagem, não deve resultar em diferentes e significativas práticas de relato ou de gestão do CI. Dadas as suas complementaridades, a utilização das duas, concomitantemente, poderia fornecer um quadro conceptual melhorado para os stakeholders. No entanto, as diferenças entre as duas orientações - especialmente as diferenças de linguagem - podem revelar-se um obstáculo sério. Assim, essas diferenças terão de ser plenamente compreendidas para que se utilizem ambas as orientações em simultâneo. Em termos mais amplos, é necessário um consenso mais forte no que respeita à terminologia entre a comunidade de investigadores dos intangíveis, do CI ou gestão do conhecimento, pois tal conduzirá, certamente, à redução das discussões conceituais desnecessárias, a uma comunicação entre os investigadores mais facilitada e a um ritmo de avanços mais rápido no campo dos intangíveis. Acredita-se que eles devem adoptar um forte esforço de benchmarking e de colaboração, havendo ainda um amplo espaço para a exploração de novas sinergias.

Estas Directrizes têm servido, igualmente, como inspiração para outras propostas ou documentos semelhantes, especialmente a nível nacional, a saber: as propostas Espanholas “Modelo Intelectual” de 2003, as propostas Alemãs “Capital Intelectual - Wissensbilanz” de 2004, as propostas Japonesas “Directrizes para o relato da gestão baseada nos activos intangíveis” de 2005, as propostas Australianas “Princípios Orientadores sobre a performance de gestão extensível”, “Um Guia para melhor gerir, medir e relatar recursos organizacionais de conhecimento intensivo” de 2005.

Por agora as Directrizes apresentadas são utilizadas como padrões voluntários de mensuração e relato do conhecimento de milhares de empresas. Talvez no futuro elas conduzam à criação de uma norma contabilística, geralmente aceite, que faculte uma homogénea e comparável apresentação e relato do CI. Neste contexto, seria desejável desenvolver uma directriz comum no futuro, eventualmente imposta pela regulamentação nacional ou internacional. A identificação das melhores práticas entre as directrizes em vigor, deve ser o ponto de partida dos esforços de tal harmonização

O processo de desenvolvimento e implementação de directrizes aceites internacionalmente para o relato de intangíveis é um processo muito longo e moroso, no qual as diferentes partes envolvidas precisam de concertar, e que tem que ser vantajoso para diferentes propósitos. Todavia este senda garantirá certamente um grau elevado de utilidade para os stakeholders, uma uniformidade nas práticas de relato e uma comparação segura dos valores de capital intelectual entre as empresas. Os primeiros passos estão dados.

## Referências Bibliográficas

- Abeysekera, I. & Guthrie, J. (2002). An updated review of literature on intellectual capital reporting. 16.<sup>a</sup> Conferência da Academia de Gestão Austrailiana e da Nova Zelândia (ANZAM), Beechworth, Dezembro 4-7.
- Abeysekera, I. & Guthrie, J. (2005). An empirical investigation of annual reporting trends of intellectual capital in Sri Lanka. *Critical Perspectives on Accounting*, vol. 16, no. 3, pp. 151-163.
- Abhayawansa, S. A. e Abeysekera, I. (2007). A review of intellectual capital disclosure from the sell-side analyst perspective. Conferência Anual de Contabilidade e Finanças da Associação Australiana e Nova Zelândia (AFAANZ), 1 de Julho – 3 Julho, Gold Coast, Queensland, Austrália.
- Beattie, V. e Pratt, K., (2002). Voluntary annual report disclosures: what users want. ICAS, Edinburgh.
- Brennan, N. (2001). Reporting intellectual capital in annual reports: Evidence from Ireland. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 14, no. 4, p. 423.
- Brooking, A. (1996). Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise. International Thomson Business Press, London.
- Bukh, P. N., Nielsen, (2003). The relevance of intellectual capital disclosure: a paradox?. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 16, Nº1, pp. 49-56.
- Cabrita, M. e Vaz, J. (2006), Intellectual Capital and Value Creation: Evidence from the Portuguese Banking Industry. *The Electronic Journal of Knowledge Management*, Vol.4, pp. 11-20.
- Danish Agency for Trade and Industry, Ministry of Trade and Industry (2000). A Guideline for intellectual capital statements – a key to knowledge management. Denmark
- Danish Ministry of Science, Technology and Innovation (2002). Intellectual Capital Statements in practice. Denmark
- Eccles, Robert G., Herz, Robert H. Keegan, Mary e Philips, David M.H. et al.(2001). The Value Reporting Revolution: Moving Beyond the Earnings Game. John Wiley & Sons
- Edvinsson, L. e M. Malone (1997). Realizing your company's true value by finding its hidden brain power. Harper Collins Publishers, New York.
- García-Meca, E., Parra, I., Larrán, M. e Martínez, I. (2005). The explanatory factors of intellectual capital disclosure to financial analysts. *European Accounting Review*, vol. 14, no. 1, pp. 63-94.
- Guimón, J. (2002). Recent European models for intellectual capital management and reporting: a comparative study of the MERITUM and Danish Guidelines. Working Paper. Autonomous University of Madrid, 2002.
- Guthrie, J. e Petty, R. (2000), Intellectual Capital: Australian Annual Reporting Practices, *Journal of Intellectual Capital*, Vol.1, Nº 3, pp. 241-251.
- Johnson, H. T. e R. S. Kaplan. (1987). Rise and fall of management accounting. *Management Accounting (January)*: 22-30.
- Kaplan, R. e D. Norton (1996). The balanced scorecard: translating strategy into action. Harvard Business School Press, Boston.
- Lev, B. (2001). Intangibles – Management, measuring and reporting. Brookings Institution Press.
- MERITUM Project (2002). Guidelines for managing and reporting on intangibles (Intellectual Capital Report), Airtel-Vodafone Foundation, Madrid.

- Moutisen, J., Larsen, H. T. e Bukh, P.N., (2001). Valuing the future: intellectual capital supplements at Skandia. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol 16, Nº 4, pp 399-422.
- Moutisen, J.; Bukh, P. N. e Marr, B. (2005). A reporting perspective intellectual capital. In: MARR, B., Perspectives on intellectual capital: multidisciplinary insights into management, measurement and reporting. Reino Unido: Elsevir.
- Nordika Project (2002). Intellectual Capital: managing and reporting. Nordic Industrial Fund, Oslo.
- Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD), (1999). International Symposium on Measuring and Reporting of Intellectual Capital: Experience, Issues, and Prospects, 9-11, Junho 1999, Amsterdão.
- Petty, R. e Guthrie, J. (2000). Intellectual capital literature review measurement, reporting and management, *Journal of Intellectual Capital*, vol. 1, no. 2, p. 155.
- Petty, R., (2003). The Correlation Between the Voluntary Disclosure of Intellectual Capital Indicators and Financial Success. Working paper apresentado numa conferência do Citigroup Global Consumer and Investment Bank (Hong Kong), August 2003.
- PRISM (2003). The PRISM Report. European Commission. Information Society Technologies Program, Report nº 2
- Skinner, Douglas J. (2008). Accounting for intangibles – a critical review of policy recommendations. *Accounting and Business Research*. Vol. 38. Nº 3, pp 191-204.
- Starovic, D. e Marr, B. (2003). Understanding Corporate Value – Measuring and Reporting Intellectual Capital. Chartered Institute of Management Accountants, London.
- Sveiby, K.E. (1997). The New Organizational Wealth: Managing & Measuring Knowledge-Based Assets. San Francisco. USA, Berrett-Koehler.